

EL EQUILIBRIO DE INTERESES EN LA CONFIGURACIÓN DE LA UTILIDAD DE LOS BIENES: LEGITIMIDAD Y JUSTICIA SOCIAL A PARTIR DE LA DOCTRINA DEL TRIBUNAL EUROPEO DE DERECHOS HUMANOS

BALANCE OF INTERESTS IN THE CONFIGURATION OF THE UTILITY OF GOODS: SOCIAL LEGITIMACY AND JUSTICE BASED ON THE DOCTRINE OF THE EUROPEAN COURT OF HUMAN RIGHTS

MANUEL JESÚS DÍAZ GÓMEZ

Doctor en Derecho Civil. Profesor Titular en la Universidad de Huelva (España), Profesor docente de postgrado en la Universidad Internacional de Andalucía, sede de La Rabida (España) y en la Universidad Pablo de Olavide de Sevilla (España).

Doutor em Direito Civil. Professor Titular da Faculdade de Direito da Universidade de Huelva (Espanha). Professor do Programa de Pós-Graduação da Universidade Internacional da Andaluzia – sede de Rabida (Espanha) e na Universidade Pablo de Olavide, Sevilha (Espanha).
mjdz@uhu.es

Recibido: 19.05.2015
Aprovado: 14.07.2015

ÁREA DO DIREITO: Administrativo; Direitos Humanos

RESUMEN: A atual cultura jurídica ocidental tem-nos proporcionado, dentre outras coisas, a possibilidade de apreciar os direitos individuais como uma esfera de poder atribuído aos particulares no vasto império de uma vontade privada restringida e modelada pelos impulsos das necessidades sociais. A utilidade que os bens proporcionam não passa necessariamente pela configuração e pela disposição que dela se leve a cabo por seus proprietários, senão que pode vir conferida por uma interesse geral, que, muitas vezes, se materializa inclusive em uma vantagem privada, mas de modo relevante em prol da justiça social. Ao Estado corresponde formular adequadamente suas pretensões para a consecução dos valores que a coletividade reclama, os quais gozarão assim de legitimidade ainda quando isso suponha o sacrifício de interesses privados concretos..

PALABRAS CLAVE: Protocolo Adicional n. 1 CEDH - Propriedade privada - Função social - Equilíbrio de interesses - Bens.

ABSTRACT: The current western juridical culture has provided us with the possibility of appreciating individual rights as a sphere of power attributed to individuals in the vast empire of restricted private will, and shaped molded by social needs. The utility that the goods provide does not necessarily go through the configuration and the disposition that its holders could do use of, as it can only arise from a general interest, which indeed sometimes becomes a personal advantage even though it can keep its relevance and social justice. It is the State's role to formulate properly its intentions to achieve the values claimed by the collectivity, so that society can enjoy its legitimacy even though such values overcome personal interests.

KEYWORDS: Protocol Additional n.1 ECHR – Private Property – Social Function – Balance of Interests – Goods.